

Territórios que Envelhecem: Estratégias de Permanência e Reconfiguração do Território nos Assentamentos da Reforma Agrária

Aging Territories: Strategies for Permanence and Reconfiguration of Territory in Agrarian Reform Settlements

Territorios que Envejecen: Estrategias de Permanencia y Reconfiguración del Territorio en los Asentamientos de la Reforma Agraria

Luciana Venzke Pranke - lucianaprankea@gmail.com

Doutoranda em Geografia Universidade Federal de Santa Maria
Orcid. <https://orcid.org/0009-0000-9770-7245>

Carmen Rejane Flores – carmenrejanefw@gmail.com

Professora Titular de Geografia na Universidade Federal de Santa Maria
Orcid. <https://orcid.org/0000-0002-5879-2042>

Resumo

Este artigo analisa como o processo de envelhecimento pode influenciar as dinâmicas territoriais nos assentamentos da Reforma Agrária. O envelhecimento em assentamentos da Reforma Agrária é uma realidade cada vez mais presente, vinculada à trajetória de vida das famílias que vivem nestes territórios desde a criação dos primeiros assentamentos da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul nas décadas de 1980 e 1990. Esta geração de agricultores assentados que vivem o processo de envelhecimento, foi responsável pela conquista social e política dos assentamentos da Reforma Agrária, atuando nas ocupações, nas lutas e na construção dos assentamentos. Este estudo possui caráter exploratório e busca uma compreensão inicial sobre o processo de territorialização do envelhecimento nos assentamentos da Reforma Agrária, focando em como os agricultores assentados idosos vivenciam e produzem territorialidades. O envelhecimento da população nos assentamentos rurais expressa uma nova configuração territorial, marcada pela permanência dos idosos no campo e pela ressignificação dos espaços conquistados. transformações nas práticas produtivas, sociais e simbólicas.

Palavras-chave: Envelhecimento, Assentamentos Rurais, Território, Reforma Agrária.

Abstract

This article examines how the aging process can influence territorial dynamics in Agrarian Reform settlements. Aging in Agrarian Reform settlements is an increasingly present reality, linked to the life trajectory of families living in these territories since the creation of the first Agrarian Reform settlements in Rio Grande do Sul in the 1980s and 1990s. This generation of settled farmers, as they experienced the aging process, was responsible for the social and political conquest of Agrarian Reform settlements, acting in occupations, struggles, and the construction of the settlements. This study has an exploratory character and seeks an initial understanding of the territorialization process of aging in Agrarian Reform settlements, focusing on how elderly settled farmers experience and produce territorialities. The aging of the population in rural settlements suggests a new territorial configuration, marked by the permanence of the elderly in the countryside and the re-signification of conquered spaces, as well as transformation into productive, social, and symbolic practices.

Key words: Aging, Rural Settlements, Territory, Agrarian Reform.

Resumen

Este artículo analiza cómo el proceso de envejecimiento puede influir en las dinámicas territoriales en los asentamientos de la Reforma Agraria. El envejecimiento en los asentamientos de la Reforma Agraria es una realidad cada vez más presente, vinculada a la trayectoria de vida de las familias que habitan estos territorios desde la creación de los primeros asentamientos de la Reforma Agraria en Rio Grande do Sul durante las décadas de 1980 y 1990. Esta generación de agricultores asentados que atraviesa el proceso de envejecimiento fue responsable de la conquista social y política de los asentamientos de la Reforma Agraria, actuando en las ocupaciones, en las luchas y en la construcción de los asentamientos. Este estudio tiene un carácter exploratorio y busca una comprensión inicial del proceso de territorialización del envejecimiento en los asentamientos de la Reforma Agraria, centrando la atención en cómo los agricultores asentados de edad avanzada vivencian y producen territorialidades. El envejecimiento de la población en los asentamientos rurales expresa una nueva configuración territorial, marcada por la permanencia de las personas mayores en el campo y por la resignificación de los espacios conquistados, así como por transformaciones en las prácticas productivas, sociales y simbólicas.

Palabras clave: Envejecimiento, Asentamientos Rurales, Territorio, Reforma Agraria.

Recebido em: 14/01/2026
Aceito para publicação: 29/03/2026

Introdução

Os assentamentos rurais oriundos de projeto de Reforma Agrária enquanto territórios conquistados e vividos ao longo do tempo revelam-se espaços dinâmicos, nos quais o envelhecimento é um fenômeno característico das transformações espaciais. Neste sentido, os agricultores idosos são indivíduos que atuam diretamente nos processos de produção e reprodução social dos territórios dos assentamentos da Reforma Agrária.

O envelhecimento é um fenômeno complexo, vivenciado a partir da trajetória de vida, de hábitos, do contexto social, cultural, econômico e biológico, por isso é um processo heterogêneo. Diante disso, é necessária a ampliação do debate sobre o processo de envelhecimento como um fenômeno atual nos assentamentos rurais.

Este estudo possui caráter exploratório e busca uma compreensão inicial sobre o processo de territorialização do envelhecimento nos assentamentos da Reforma Agrária, focando em como os agricultores assentados idosos vivenciam e produzem territorialidades. Neste trabalho entendemos que as territorialidades compreendem as estratégias de permanência destes sujeitos no território do assentamento, reconfigurando o território, ou seja, modificando as formas de utilização e percepção deste espaço, a partir destas novas dinâmicas, compreendidas como transformações nas práticas, nas relações sociais, produtivas e simbólicas.

Com o envelhecimento, ocorrem mudanças nas dinâmicas do assentamento, agricultores que dependiam do trabalho na terra para geração de renda e manutenção familiar, nesta fase da vida usufruem de um direito conquistado, que é a aposentadoria rural. A aposentadoria proporciona autonomia, independência e estabilidade econômica a estes agricultores, pois possibilita suprir ainda que de forma modesta às necessidades básicas dos idosos, sendo assim a aposentadoria desempenha um papel importante na reprodução social dos agricultores idosos.

A conquista da aposentadoria apresentou um marco para a autonomia dos idosos, mais que um direito, uma conquista social que simboliza o reconhecimento de uma trajetória de trabalho e vida, garantindo as condições mínimas de segurança econômica e dignidade para permanecer em seus territórios. No contexto dos assentamentos rurais torna-se interessante investigar, quais fatores e estratégias contribuem para a permanência dos agricultores idosos em seus territórios? Quais são as estratégias de reprodução social destes idosos que foram os pioneiros das lutas pela reforma agrária?

Neste sentido, este artigo tem como objetivo compreender como o processo de envelhecimento pode influenciar as dinâmicas territoriais nos assentamentos da Reforma Agrária. E para elaboração deste artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica como principal ferramenta de investigação com base em trabalhos sobre a temática do envelhecimento, território, territorialização em assentamentos da Reforma Agrária.

O presente artigo é composto por partes que compreendem a introdução, a metodologia o desenvolvimento teórico e as considerações finais. O desenvolvimento teórico esta estruturado em três partes. Na primeira parte propõe-se uma aproximação conceitual sobre os conceitos de território e

territorialização, buscando relacionar estes conceitos às dinâmicas dos assentamentos da Reforma Agrária. Na segunda parte elaboramos uma contextualização sobre o processo de envelhecimento, buscando compreender sua construção conceitual e o modo como o fenômeno do envelhecimento tem sido interpretado ao longo dos anos pelas sociedades. Por fim, a terceira parte do artigo apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre estudos que abordam o envelhecimento em assentamentos rurais, destacando as contribuições sobre as dinâmicas adotadas pelos idosos para a sua permanência nos territórios da Reforma Agrária.

Para a realização do artigo adotou-se uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando a análise bibliográfica como principal método de investigação. “Na abordagem qualitativa, a pesquisa exploratória – ou estudo exploratório – tem o objetivo de conhecer o fenômeno estudado tal como ele se apresenta ou acontece no contexto em que está inserido” (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023). Neste sentido, optamos por analisar trabalhos que abordam o envelhecimento no contexto de assentamentos da Reforma Agrária.

No primeiro momento realizamos uma breve discussão sobre o conceito de território e territorialização. Em seguida abordamos a questão do envelhecimento rural em assentamentos da Reforma Agrária, identificando quais as territorialidades foram abordadas nas pesquisas sobre o envelhecimento em assentamentos rurais.

Desenvolvimento

O território e territorialização: uma breve aproximação conceitual

O território é um conceito amplamente utilizado na Geografia, principalmente para explicar as relações e os conflitos em um determinado contexto histórico-geográfico. O conceito apresenta uma diversidade de concepções entre os autores, apresentando uma dicotomia entre pesquisadores que consideram o território a partir de dimensões materiais e físicas de apropriação do espaço e dos autores que consideram o território no seu sentido simbólico, construído a partir das relações de construção de identidade e pertencimento.

Conforme Haesbaert (2004, p. 6.777) “poderíamos falar em dois grandes ‘tipos ideais’ ou referências ‘extremas’ frente aos quais podemos investigar o território, um mais funcional, outro mais simbólico”. O território funcional compreende um processo de dominação, visto como um recurso, com valor de troca (controle físico, produção, lucro). O território simbólico compreendendo processos de apropriação, pertencimento. Valor como símbolo de “abrigo”, “lar”, segurança afetiva (Haesbaert, 2004).

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade- espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político- econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004, 95-96).

Há ainda a perspectiva do conceito no seu sentido integrador, sendo percebido como uma composição entre as dimensões materiais (funcionais) e simbólicas. “Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o

espaço tanto para realizar 'funções' quanto para produzir 'significados'" (Haesbaert, 2004, 6776).

Neste sentido Haesbaert (2007, p.20) avança na discussão, "Em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político'. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação". Assim, entende-se que o território constitui-se a partir de um contexto histórico e geográfico, sendo resultante das relações de poder que estabelecem seus modos de uso, apropriação e significação. Para Fernandes (2005),

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. (Fernandes, 2005, p. 27).

A partir do exposto podemos considerar que os sujeitos sociais formam seus territórios, num processo denominado de territorialização. Desta maneira, os atores sociais estão sempre em processo de territorialização do seu espaço. Para Alves (2019, p. 99), "Entender o processo de territorialização é delimitar as ações dos indivíduos na busca pela conquista do espaço e transformá-lo deixando suas expressões e marcas, seja material ou imaterialmente".

Haesbaert (2004) afirma que não é possível definir um sujeito, um grupo, comunidade ou até mesmo a sociedade, sem introduzi-los em um determinado contexto geográfico, territorial. Tal compreensão evidencia que os indivíduos produzem seus próprios territórios, os quais resultam de processos históricos, simbólicos e materiais de apropriação do espaço. Desta forma o desmantelamento destes territórios pode significar a desestruturação das identidades e das dinâmicas sociais construídas

Dessa forma, ao compreendermos a territorialização como um processo contínuo de apropriação e produção do espaço. No caso dos assentamentos rurais, os territórios não se configuram apenas como parcelas de terra destinadas à moradia e produção, mas como espaços vivos e dinâmicos, moldados pelas práticas cotidianas, lutas e pelas relações sociais dos assentados. É nesse contexto que se expressa a territorialização dos assentados, na qual o território passa a ser construído como espaço de pertencimento, resistência e reprodução social, em oposição às lógicas excludentes do modelo agrário hegemônico.

Para as famílias assentadas o território material (assentamento) e simbólico (identidade) é um espaço de resistência, frente às desigualdades do modelo hegemônico. É um espaço de construção social, de relações sociais entre os indivíduos. O território do assentamento apresenta significado, local de vida, de luta e garantia de direitos. É um espaço de autonomia desses movimentos sociais porque buscam criar estratégias diferentes dos atuais modelos capitalistas de produção.

Neste processo de territorialização, o assentamento é o espaço para a criação da sua identidade social e a autonomia. Nele são criadas as conexões sociais entre as famílias e o território. Com a criação do assentamento, as famílias vão ao longo do tempo organizando os espaços sociais, culturais, produtivos, econômicos e políticos.

O território é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas no seu interior (do território) (Saquet, 2009, p. 212).

A conquista da terra e, portanto, do território representa a conquista de um espaço para a manutenção de vida das famílias. Construído diariamente através das relações sociais entre os agentes sociais. O território do assentamento apresenta múltiplas configurações, fruto da construção dos indivíduos que o territorializam coletivamente.

Neste sentido o envelhecimento é um fenômeno que faz parte desta construção social dos territórios. O envelhecer neste contexto representa mais do que uma etapa biológica de vida destes indivíduos, mas sim uma forma de resistência, de pertencimento e de continuidade das relações sociais estabelecidas, da apropriação simbólica do espaço.

Compreensão conceitual sobre o envelhecimento

Atualmente podemos considerar que o envelhecimento é uma das principais transformações sociais que ocorrem no mundo. Projeções apontam para um aumento considerável nos índices de população idosa no mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o número de pessoas com 65 anos ou mais deve dobrar até 2050, chegando a 1,6 bilhão de pessoas. O total deve subir de 761 milhões de 2021 para 1,6 bilhões segundo o Relatório Social Mundial de 2023, Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA). (ONU, 2025).

No Brasil a população idosa, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) compreende 32.113.490 pessoas, totalizando 15,8% da população brasileira. Em relação ao censo de 2010 houve um aumento de 56,0% quando era de 20.590.597 o que correspondia a 10,8% da população nacional. Sendo assim, o envelhecimento é reconhecido como uma questão social pertinente na sociedade.

Este fenômeno está relacionado principalmente a redução da taxa de natalidade e fecundidade e ao aumento da expectativa de vida. A taxa de natalidade corresponde ao número de filhos nascidos por mulher em idade reprodutiva. Segundo os dados IBGE (2023), em 2022 a taxa de fecundidade total (TFT) foi de 1,55 filhos por mulher. Esse valor vem reduzindo ao longo dos anos no país, no ano de 1960 a TFT era de 6,28 filhos por mulher, em 1980 a taxa representava 4,4 filhos por mulher e em 2022 a TFT caiu para 1,55 filhos por mulher no país, atingindo o menor taxa já registrada. Esta taxa compõe a dinâmica demográfica do país, pois influencia diretamente no crescimento ou manutenção da população.

Já o aumento da expectativa de vida corresponde ao indicador demográfico que estima o número médio de anos que um recém-nascido poderá viver, caso as condições de vida se mantenham constantes (IBGE, 2025). A expectativa de vida é influenciada por diferentes fatores, relacionada às condições socioeconômicas, ambientais, ao acesso a saneamento e saúde, e pela qualidade de vida. Segundo dados do IBGE (2024), a expectativa de vida ao nascer no Brasil teve um aumento significativo, passando de 54 anos em 1960 para 76,4 anos em 2022. Este índice indica uma maior longevidade da população brasileira, conseqüentemente um aumento do envelhecimento no país.

Este aumento expressivo no número de idosos no país se deve a diferentes fatores socioeconômicos, dentre eles as melhorias na qualidade de vida da população, acesso à saúde, inovações médicas, sanitárias, dentre outros. Os diversos avanços em vários campos, como econômico, tecnológico, social, político e cultural, refletiram na qualidade de vida da população e, conseqüentemente, na longevidade dos indivíduos (Simonato, 2021).

Mas como podemos definir o envelhecimento? Percebemos que o processo de envelhecimento é um fenômeno complexo que envolve aspectos relacionados à biologia, psicologia, sociologia. Mas o que é de fato envelhecer? Antes de revisar o conceito de envelhecimento, primeiramente precisamos identificar as diferenças entre envelhecimento, velhice e idoso/velho. Segundo Papaleo Neto *apud* Simonato (2021, p.43) “O envelhecimento (processo) a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final), constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados”.

Na perspectiva biológica o envelhecimento é definido como o processo natural que inicia no nascimento e culmina na morte e se caracteriza pela redução gradual das funções do organismo tornando-o frágil. Assim como afirmam Teixeira e Guariento (2010, p. 2846): “é um processo que se inicia no nascimento e continua até que ocorra a morte. O termo senescência descreve um período de mudanças relacionadas à passagem do tempo que causam efeitos deletérios no organismo”.

O conceito baseado somente nos aspectos biológicos apresenta limitações conforme apresenta Camarano,

Envolve mais do que a simples determinação de idades-limite biológicas e apresenta, pelo menos, três limitações. A primeira diz respeito à heterogeneidade entre indivíduos no espaço, entre grupos sociais, raça/cor e no tempo. A segunda é associada à suposição de que características biológicas existem de forma independente de características culturais e a terceira à finalidade social do conceito de idoso. (Camarano, 1999, p.5)

Já o conceito normativo de idoso no Brasil é formulado a partir da idade cronológica. Segundo a Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, e o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, idosos são todas as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 1994; 2003). Esta classificação cronológica do conceito de idoso é a mais utilizada atualmente, pois padroniza, distingue e delimita a população das demais fases da vida. Para Santos (2010),

Apesar de ser menos preciso, o critério cronológico é um dos mais utilizados para estabelecer o ser idoso, até na delimitação da população de um determinado estudo, ou análise epidemiológica, ou com propósitos administrativos e legais voltados para o desenho de políticas públicas e para planejamento ou oferta de serviços (Santos, 2010, p.1036).

No entanto as classificações cronológicas e biológicas não abrangem a complexidade que compreende o fenômeno do envelhecer. “A idade e o processo de envelhecimento possuem outras dimensões e significados que extrapolam as dimensões da idade cronológica” (Schneider; Irigaray, 2008, p. 586). Assim como a infância, a juventude e a fase adulta, envelhecer compreende uma fase de vida

individual, particular de cada indivíduo segundo a trajetória de vida e ao contexto social, econômico, ambiental que está inserido.

Falar em velhice, enquanto uma categoria, é, necessariamente compreendê-la como heterogênea e plural a partir de sua própria constituição. Embora classificados em uma categoria una – a velhice – baseada, prioritariamente, na delimitação etária, sabe-se que os sujeitos idosos – os sujeitos da velhice – não podem ser vistos de forma homogênea (Veiga, et al. 2014, p. 98).

“Para além de multidimensional, o envelhecimento é um processo multidirecional, gradual e irreversível e é mais do que a soma do tempo que passa. É um fenômeno complexo, que engloba simultaneamente aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais.” (Gonçalves, 2015, p. 647). Desta forma, o envelhecimento é definido a partir do contexto no qual está inserido. Aspectos biológicos, sociais e econômicos são características determinantes para esta fase da vida.

A etapa da vida caracterizada como velhice, com suas peculiaridades, só pode ser compreendida a partir da relação que se estabelece entre os diferentes aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Essa interação institui-se de acordo com as condições da cultura na qual o indivíduo está inserido. Condições históricas, políticas, econômicas, geográficas e culturais produzem diferentes representações sociais da velhice e também do idoso. Há uma correspondência entre a concepção de velhice presente em uma sociedade e as atitudes frente às pessoas que estão envelhecendo (Schneider; Irigaray, 2008, p. 586).

Hoje há um consenso entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento na compreensão de que o envelhecimento não é um processo homogêneo, similar e uniforme entre os indivíduos. Mas sim um processo individual e particular dos indivíduos, assim como as outras fases da vida.

Além disso, é importante destacar que a história de vida, ou seja, o contexto no qual os indivíduos se territorializaram e viveram, exerce influência direta sobre o processo de envelhecimento. Nesse sentido, elementos como a alimentação, a saúde física e mental, as relações sociais, a qualidade de vida e o trabalho desenvolvido ao longo dos anos refletem no modo como cada sujeito chega à velhice. Assim, a velhice deve ser compreendida como uma continuidade do processo histórico de vida dos indivíduos, e não como uma ruptura ou um novo início.

Esta visão foi modificada ao longo dos anos, assim como as percepções e o lugar no qual o envelhecimento se colocou nas sociedades. “A involução senil de um homem produz-se sempre no seio de uma sociedade; ela depende estreitamente da natureza dessa sociedade e do lugar que nela ocupa o indivíduo em questão” (Beauvoir, 1970, p.38). O autor segue, “É, portanto, indispensável examinar o lugar que é destinado aos velhos, que representação se faz deles em diferentes tempos, em diferentes lugares” (Beauvoir, 1970, p.38)”.

Neste sentido, compreendemos a importância de estudar o envelhecimento de forma relacional, ou seja, observando aspectos sociais, culturais, econômicos e principalmente o contexto histórico e geográfico no qual está inserido. Ao considerar essa perspectiva relacional torna-se fundamental compreender o envelhecimento no contexto dos assentamentos da Reforma Agrária, que compreendem espaços marcados pela luta, resistência e construção territorial.

A territorialização do envelhecimento rural nos assentamentos da Reforma Agrária

O envelhecimento em assentamentos da Reforma Agrária também é uma realidade cada vez mais presente, vinculada à trajetória de vida das famílias que vivem nestes territórios desde a criação dos primeiros assentamentos da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul nas décadas de 1980 e 1990. Esta geração de agricultores assentados que vivem o processo de envelhecimento, foi responsável pela conquista social e política dos assentamentos da reforma agrária, atuando nas ocupações, nas lutas e na construção dos assentamentos.

Com o envelhecimento, novas dinâmicas podem emergir o cuidado, a ajuda comunitária e a memória da luta. Assim, “a luta pela terra não se encerra com a conquista do lote, mas continua dentro do assentamento. Com o tempo, os espaços sociais se transformam em locais de múltiplos significados” (Oliveira, 2024, p. 542).

Na fase idosa, os assentados vivenciam novas dinâmicas territoriais. Que reconfiguram seus modos de vida, de produção e reprodução sócio-territorial.

Ao analisarmos o envelhecimento do espaço, percebemos que as principais transformações ocorreram na organização doméstica e produtiva dos lotes, resultando em mudanças na paisagem local, com a construção e expansão das casas, organização dos quintais, cultivo de hortas, plantação de mangueiras e pastagens (Oliveira, 2024, p.550).

Um elemento importante neste processo é a conquista da aposentadoria rural, que passa a representar não apenas um direito assegurado, mas uma fonte de renda para a manutenção da vida no assentamento. Este recurso financeiro possibilita o acesso a bens essenciais e reduz a dependência exclusiva da produção agrícola.

A questão da previdência social rural trouxe para os idosos(as) a chance de permanência no campo, diminuindo a saída destes indivíduos do meio rural. Em relação à aposentadoria, esta proporcionou transformações, nos padrões de consumo dos idosos(as) por vezes, mudanças no modo de vida, uma melhoria significativa de qualidade de vida, dando-os a ideia de protagonismo frente à vida (Simonato; Bergamasco, 2020, p.77).

Para além da garantia dos itens básicos da manutenção das necessidades dos idosos, com a aposentadoria é possível realizar melhorias na casa, nos lotes. Representa uma renda que anteriormente não existia. Era necessário desenvolver o trabalho diário para a garantia da renda, o que eventualmente não ocorria devido à intercorrências na produção, intempéries climáticas e as demais dificuldades que os agricultores enfrentam diariamente.

Notou-se que os recursos financeiros dos benefícios previdenciários, em especial as aposentadorias, são aplicados nos lotes, no lazer, no conforto e na saúde dos beneficiários. Esse recurso proporciona um aumento na renda, segurança e estabilidade para a família e agregados; conseqüentemente, muda a rotina e a dinâmica da vida familiar. Os beneficiários ganham status e relevância financeira e social; para as mulheres, as mudanças são ainda mais nítidas, principalmente no que tange aos gastos pessoais (Elizário; Ferrante; Herrmann, 2018, p. 120).

As relações sociais também configuram aspecto importante na permanência dos idosos no assentamento, pois é por meio delas que se fortalecem os vínculos de pertencimento, ajuda mútua, e solidariedade. “A presença da família para os idosos (as) é de crucial importância, no que concerne ao bem estar, segurança, apoio e suporte” (Simonato; Bergamasco, 2020 p. 78).

Da mesma forma a terra e o lote não se configuram apenas como espaços físicos destinados a produção, mas também como territórios simbólicos, espaços onde ocorrem as relações sociais. “Casas e lotes são entendidos como espaços de memória e trabalho, e a terra é considerada como meio de reprodução da vida e do trabalho” (Oliveira, 2024, p.532).

Igualmente o trabalho também é compreendido como uma atividade que proporciona autonomia e independência para os idosos, mesmo diante da redução da intensidade com o avançar da idade. Mais do que uma atividade econômica, o trabalho assume um papel simbólico e social, sendo mantido como uma forma de valorização pessoal, utilidade social e reconhecimento coletivo. Segundo trabalho realizado por Oliveira (2024),

A análise dos dados indica que os entrevistados valorizam o trabalho por três motivos principais: 1º) como algo que os dignifica na sociedade; 2º) como uma necessidade para sustentar suas famílias; e 3º) como uma atividade que os mantém ativos e independentes na velhice. Mesmo após anos de trabalho em condições precárias, os idosos se sentem realizados ao lembrar suas trajetórias profissionais (Oliveira, 2024, p. 553).

Neste sentido, o trabalho não representa somente uma necessidade econômica, representa também uma forma de resistência, valorização e pertencimento, pois os idosos seguem contribuindo para a continuidade do modo de vida no assentamento.

Estudos de Simonato et al (2020) demonstram que a produção para o autoconsumo também compreende uma prática adotada pelos assentados idosos. Representa neste sentido uma estratégia para a manutenção e reprodução social, garantindo segurança alimentar aos idosos.

A produção no lote está voltada muito para o autoconsumo, ou seja, para suprimento das próprias famílias e quando possível a venda dos excedentes. Este é um mecanismo extremamente importante do ponto de vista da segurança alimentar da família, sobretudo dos idosos(as), a reprodução social e a identidade camponesa (Simonato; Bergamasco; Esquerdo; Borsatto, 2020, p.3).

Essa relação entre trabalho, terra, relações sociais, acesso a previdência social, evidencia a forma como os idosos produzem novas territorialidades, remetendo a compreensão do território como resultado das relações construídas no espaço.

O território é resultado das territorialidades efetivadas pelos homens e mulheres, naquilo que Raffestin (1993) denomina de conjunto de relações do sistema tridimensional sociedade-espaço- tempo (Saquet, 2015, p.79).

Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (Saquet, 2015, p.88).

Observa-se que os assentados idosos produzem novas territorialidades a partir de experiências acumuladas no território do assentamento, ressignificando o espaço e atribuindo-se novos significados. A aposentadoria rural, a reconfiguração do trabalho agrícola e a valorização dos vínculos comunitários são alguns dos elementos que demonstram a capacidade de permanecer e de se adaptar ao território.

Conclusões

A partir das reflexões do artigo percebe-se que o envelhecimento não compreende um fenômeno isolado, representa e faz parte das dinâmicas sociais e territoriais construídas historicamente.

O envelhecimento enquanto processo social e espacial é um fenômeno que vem aumentando no Brasil. Como processo, o envelhecimento é complexo, heterogêneo e individual, onde o contexto social, econômico e geográfico é determinante deste processo.

Compreendemos a velhice como uma fase natural da vida dos indivíduos e que os idosos são sujeitos que produzem territorialidades. Neste sentido, idosos são indivíduos que atuam diretamente nos processos de produção e reprodução territorial. Nos mais diversos contextos e aspectos proporcionando assim continuidades e rupturas nos territórios.

No espaço rural e nos assentamentos, o envelhecimento não significa afastamento do trabalho e da vida produtiva e comunitária. Ao contrário, os sujeitos seguem desempenhando suas atividades reorganizando a sua prática e redefinindo territórios.

O envelhecimento não deve ser entendido como um fator limitante, pois os idosos exercem as atividades produtivas, sociais e culturais no espaço rural. No contexto dos assentamentos da Reforma agrária, os agricultores idosos produzem territorialidades, criam estratégias para a sua manutenção e reprodução social.

O envelhecimento da população nos assentamentos rurais expressa uma nova configuração territorial, marcada pela permanência dos idosos no campo e pela ressignificação dos espaços conquistados. Neste sentido, os assentados na fase idosa vivenciam novas dinâmicas relacionadas ao processo de territorialização, com transformações nas práticas produtivas, sociais e simbólicas.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, pp. 98-113 Dossiê, 2019. <https://doi.org/10.47946/rnera.voi48.6367>

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, 5 jan. 1994. Disponível em:
<http://www.saude.sp.gov.br/resources/humanizacao/biblioteca/leis/idoso/lei_8842.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ELIZIÁRIO, Rubens de Oliveira, FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; HERRMANN, Hildebrando. Aposentadoria entre os assentados rurais: conquistas, benefícios e bloqueios. **Retratos De Assentamentos**, 21(1), 120-145. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2018.v21i1.311>

FROEHLICH, J. M., Rauber, C. D. C., Carpes, R. H., & Toebe, M. (2011). Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, 41(9), 1674-1680.

HAESBAERT, Rogerio. Território. **GEOgraphia**, Niterói, vol: 25, n. 55, p. 61073, 2023.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território E Multiterritorialidade: Um Debate. **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007 p. 19 – 46.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tábuas Completas de Mortalidade. Disponível em:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41984-em-2023-expectativa-de-vida-chega-aos-76-4-anos-e-supera-patamar-pre-pandemia>. Acesso em 05 set. 2025.

LÖSCH, S.; RAMBO, C.A.; FERREIRA, J.de L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. e-ISSN: 1982-5587.

OLIVEIRA, Fernando Henrique Ferreira de. O Protagonismo dos Idosos nas Lutas Pela Terra e Pela Permanência Nela: Narrativas de Conflito, Resistência e Esperança. **Revista Pegada** – vol. 25, 2024. p. 530-564.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU quer mais apoio para população em envelhecimento**. Disponível em:
<https://news.un.org/pt/story/2023/01/1807992>. Acesso em: 20 set. 2025.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto, IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia** Campinas, 585-593, 2008.

SIMONATO, Danitielle Cineli, BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. O Envelhecer No Meio Rural: Os Idosos e Idosas do Assentamento Milton Santos – Americana – SP. **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.27, n.2, abr./jun. 2020.

SIMONATO, Danitielle Cineli; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza; BORSATTO, Ricardo Serra. Velhice e Agroecologia? O conhecimento agroecológico de idosos e idosas de Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema - SP. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

VEIGA, Marcia Regina Medeiros; CORDEIRO, António Manuel Rochette; FERREIRA, Sónia Cristina Mairos. Velhices E Territórios: Uma Reflexão Sobre Saúde e Qualidade de Vida dos Idosos a Partir do Território. **Revista de Psicologia**, n/2-vol 1, 2014, p. 97-104.

